

## **Televisão: a emergência de uma aristocracia burocrática – mais controle: o Estado contra a Nação**

*Aquele que controla o passado, controla o futuro. Aquele que controla o presente, controla o passado.*

*George Orwell (1984)*

Essa espécie de *low cost* mental tem uma das suas origens na televisão. Nela, o sistema de varredura dos tubos catódicos substituiu o movimento sacádico ocular, que é fundamental para a percepção da forma. Assim, a tela da televisão se tornou numa espécie de prótese sensorial, passando a ser responsável por uma função que





Uma pesquisa realizada na Suíça em 2005 mostrou que 80% das pessoas consideravam a televisão como a melhor forma de entretenimento, seguida de perto pela rádio com cerca de 70% das preferências. Somente cerca de 18% das pessoas consideraram a leitura como entretenimento preferido.

Em 2004, o tempo médio gasto por dia, por cada pessoa, à frente da televisão era de cerca de três horas na Suíça, e cerca de quatro horas e meia nos Estados Unidos! Isso significa mais de dois meses por ano olhando ininterruptamente para a tela da televisão, vinte e quatro horas por dia!

Um estudo realizado em 2005 pela Universidade de Indiana mostrou que, nos Estados Unidos, uma pessoa passava em média nove horas por dia diante da televisão, utilizando a Internet ou falando ao telefone.

Na China, uma notícia de agosto de 2009, dava conta que um rapaz tinha sido espancado



A burocracia inaugurou ainda uma nova espécie de aristocracia política – onde os seus atores são legalmente protegidos, muitas vezes intocáveis, livres até mesmo de qualquer possibilidade de serem julgados por atos de incompetência, malversação do erário público ou até mesmo de roubo.

No início do século XXI, a maioria dos países, os sistemas democráticos estavam formalizados no princípio representativo e não na democracia direta. Uma vez eleitos, os políticos se tornavam livres para adotar um vasto leque de medidas, mesmo que fossem contrárias ao que tinham prometido ou ao interesse das populações – afinal, eles tinham sido eleitos.

Em muitos casos, os eleitores nem mesmo votavam diretamente nos seus representantes, mas sim num partido político – que, mais tarde, deveria designar aqueles que assumiriam efetivamente cargos públicos segundo regras burocráticas e de poder. De grupos de identidade

ideológica, a grande maioria dos partidos políticos se transformou em organizações burocráticas de caráter aristocrático, profundamente sectário.

Então, seguramente, o único país do mundo cujo governo se encontrava mais próximo dos ideais da democracia direta era a Suíça. Todos os outros eram dominados por aristocracias burocráticas autoritárias e ditatoriais.

O mais curioso é que esse fato não era, aparentemente, percebido pelas populações dos outros países, que aceitavam de bom grado a imposição muitas vezes ditatorial todo o tipo de leis e regulações, parecendo acreditar que aqueles que controlavam o país estavam melhor preparados!

A nova aristocracia burocrática – ela mesma constituída por uma grande quantidade de pequenos ditadores, isoladamente com baixo poder – exigiu um permanente aumento de custos por parte do Estado, que geralmente passou a

ser justificado pelas mais variadas modalidades de benefícios sociais inexistentes e de segurança, muitas vezes com o argumento de proteger até mesmo a integridade física do cidadão comum.

Em vinte de abril de 2008, o *New York Times* revelava como, entre 2002 e aquele ano, o Pentágono tinha infiltrado agentes nos principais canais de televisão do país, com o declarado objetivo de influenciar e dirigir informação favorável à administração de George W. Bush, constituindo uma espécie de censura.

Assim, como definiu Noreena Hertz, autora do *bestseller The Silent Takeover*, «o Estado político se tornou no Estado corporação».

Desde a segurança para além da criminalidade urbana, tal como aconteceu com a chamada luta contra o terrorismo, até uma espécie de segurança na prevenção de erros de edificação em relação aos Planos Diretores Urbanísticos, ou mesmo a segurança no trabalho – tudo passou a



Daí os hospitais terem se tornado verdadeiros centros comerciais e de lazer, tal como os aeroportos, estações ferroviárias, museus e assim por diante.

Gradualmente, o Estado se transformou numa entidade policial, supervisionando tudo e todos, fazendo até mesmo com que tenha deixado de ser chocante face à opinião pública uma aproximação de políticos ocidentais a antigos sistemas ditatoriais como a China, onde até ao início do século XXI simplesmente não existia liberdade de pensamento ou de expressão.

Esse grande crescimento do Estado, o seu novo carácter fortemente policial e a desigualdade em termos fiscais – praticamente libertando de impostos as grandes empresas e as grandes fortunas – gerou um contínuo aumento tributário que, novamente, afetou mais especialmente a antiga *classe média*.









*California, ou Esso Standard.*

No seu livro *Supercapitalismo*, Robert Reich dizia que «hoje em dia, grande parte dos cidadãos acredita que a política serve apenas aos interesses de poucos grandes grupos que estão interessados apenas em si próprios».

No quadro da antiga classe média, as desigualdades sociais eram compensadas, pelo menos potencialmente, pela aspiração e esperança fundamentadas no emprego de longo termo, pela estruturação de famílias estáveis e pelo desenvolvimento de uma única e bem sucedida profissão ao longo da vida.

Na sociedade *low power*, em muito desenhada pelos sistemas virtuais e pelos produtos e serviços *low cost*, a imprevisibilidade aumentou exponencialmente, as famílias tenderam ao desaparecimento, assim como o emprego seguro de longo termo, e o Estado passou a assumir, pelo menos figurativamente e no discurso político, a





do trabalho escravo à pirataria, da contrafação à fraude, do roubo à lavagem de dinheiro». De acordo com as Nações Unidas eram estimados, na primeira década do século XXI, existirem mais de vinte e sete milhões de verdadeiros escravos no mundo – até mesmo na Europa e nos Estados Unidos.

Os ideais da liberdade, que eram defendidos pela antiga classe média, foram substituídos pela aspiração ao consumo contínuo, que é narcisista e entorpecente. As antigas idéias relacionadas à liberdade foram gradualmente se desintegrando.

No início do século XXI, nas sociedades *low power*, todas as pessoas, sem exceção, já nasciam com dívidas na forma de impostos nas suas mais diferentes naturezas, que iam desde ao registro obrigatório de nascimento, aos impostos diretos sobre consumo. Dívidas que eram, inicialmente, responsabilidade dos pais que mais tarde as transferiam automática e compulsoriamente para os filhos. Assim, não existia sequer a possibilidade



no ano de 1582, em inglês, após mais de um século de intensificação do uso da visão e literatura, que – numa aparente inversão – a palavra passaria a indicar a idéia de *algo fora de perigo*. Assim, passou a significar algo que não necessita de atenção ou cuidado, pois já está protegido, em *segurança*.

Gradualmente, com a aproximação do século XX, *segurança* passou a significar controle permanente. Dessa forma, no início do século XXI, algo em segurança passou a indicar a idéia de algo permanentemente vigiado, controlado e, portanto, sempre potencialmente em perigo.

Para existir segurança, o perigo se tornou imprescindível.

Em nome da segurança, as pessoas passaram a estar proibidas de iniciar um negócio ou exercer qualquer atividade comercial sem estar preventiva e permanentemente controladas pelo Estado através de múltiplas declarações, documentos, impostos ou nada simpáticas visitas de fiscais.

Passou a ser proibido publicar um jornal ou revista que não estivesse submetido à vigilância e responsabilidade de um jornalista que, por sua vez, era controlado por uma entidade de classe.

As proibições passaram a se estender nas mais diversas direções, tal como a interdição de exercer a advocacia sem permissão expressa do Estado e de entidades de classe, interdição de exercer medicina sem estar preventivamente controlado pela burocracia e assim por diante.

A idéia de que cada pessoa deve ser livre e responsável pelo seu próprio destino passou a ser encarada como uma aberração por vezes relacionada a antigas ideologias totalitárias!

Mesmo a solicitação de exames de saúde passou a estar condicionada pela autorização de um médico. As pessoas deixaram de ser livres até mesmo para conhecer livremente os seus corpos.





conjunto de regras e normas, cujo objetivo primeiro era de exercer o controle sobre tudo.

Por essa via, passou a emergir, um pouco por todo o lado, uma grande quantidade de *empresas de certificação técnica*, cuja única função é preencher centenas de formulários para obtenção das necessárias autorizações governamentais.

A antiga divisão social em claras e visuais *classes* foi rapidamente substituída por uma gigantesca massa de consumidores sem perfil definido e sem ideologia.

Não apenas, numa sociedade extremamente volátil, a aspiração ao controle total por parte do Estado surgiu como uma espécie de reação de equilíbrio num sistema dissipativo. Assim, muitas vezes contando com argumentos fundamentados na luta contra o terrorismo, o Estado passou a invadir vorazmente todas as esferas de privacidade, interceptando livremente ligações telefônicas, abrindo cartas e desviando mensagens eletrônicas

entre outros recursos, sem contar com qualquer oposição significativa por parte da população, que parecia estar permanentemente sedada pelo consumo.

Em 2008, projeções conservadoras estimavam a presença de mais de quarenta mil ciberpoliciais atuando continuamente na China, checando permanentemente comunicações privadas na Internet.

Naquele ano, o governo chinês passou a exigir de todos fabricantes de computadores a instalação prévia de um programa de censura, bloqueando automaticamente o acesso a determinados *sites*. A aplicação recebeu o nome – em tradução livre – de *Barreira Verde – Escolta da Juventude*. Em agosto de 2009, sob alguma pressão dos Estados Unidos e da Organização Mundial do Comércio, a China retirou essa exigência, mas apenas para computadores de uso privado e num momento em que vários fabricantes já incorporavam aquele programa.

O complexo sistema de censura chinês, conhecido como a *Grande Cibernuralha* ou a *Grande Muralha de Fogo*, permitia bloquear o acesso a diversos *sites*, identificar *emails*, discussões, fóruns e blogues que utilizassem palavras ou expressões que pudessem indicar temas proibidos pelas autoridades.

Várias empresas, como a *Google*, a *Yahoo* ou a *Microsoft* entre outras, incorporaram sistemas de censura como condição imposta pelo governo de Pequim para poder operar na China.

Ainda em 2008, o sinólogo Jean-Luc Domenach, em entrevista a Nicolas Arpegian, denunciava o fato do governo chinês dispor de equipes dedicadas ao *grampo* telefônico, em particular sobre estrangeiros que habitam os quarteirões das embaixadas ou que tenham certos números de telefone.

Muitas pessoas chegaram até mesmo a





eletrônicas em qualquer parte do planeta.

Esse sistema de espionagem, formando uma rede de varredura estabelecida entre satélites, postos terrestres e navios, intercepta praticamente todas as comunicações via satélite, através de microondas, telefonia celular ou transmitidos em cabos de fibra óptica. Todo esse imenso conjunto de comunicação é processado no centro de super computadores da *National Security Agency*.

O processamento de informação pela NSA inclui até mesmo sistemas avançados de reconhecimento de voz e de reconhecimento de caracteres ópticos.

A Quarta Emenda da Constituição dos Estados Unidos, ratificada em 1791, diz que «o direito das pessoas à segurança pessoal, das suas casas, papéis, e efeitos, contra despropositadas buscas ou confiscos, não poderá ser violado...». A questão é saber o que é “despropositado” num universo onde os propósitos são múltiplos e, por



Mas, em 1999 o *Tratado de Schengen* se transformou num sistema de registro e vigilância de grandes conjuntos populacionais, incorporando a Noruega e a Islândia, estendendo-se, assim, do pólo Ártico ao Mediterrâneo.

Em princípio, diferentemente da forma operacional do *Echelon*, que intercepta continuamente praticamente todo o tipo de comunicação eletrônica, *Schengen* arquiva, trata e classifica um grande conjunto de dados pessoais.

Assim, a tendência de alargamento de grandes grupos de empresas e de uma gigantesca massa de consumidores *low cost* – permanentemente vigiados – foi sendo mais e mais acentuada.

Em abril de 2009 a *BBC* anunciava que «as empresas de comunicação estão sendo solicitadas a gravar todos os contatos entre pessoas feitos na Internet, como parte de uma modernização das táticas de vigilância da polícia britânica. O novo sistema identifica todos os emails, chamadas







revista científica *Science* ter dedicado parte da sua edição de maio de 2009 a uma análise sobre o impacto de contaminações de vírus em telefones celulares. Se a contaminação ocorresse através de *Bluetooth* ela teria uma configuração semelhante àquela que acontece com a gripe; mas se acontecesse através de *MMS, Multimedia Messaging Service*, ela seria quase instantânea.

Curiosamente, na mesma edição da *Science* havia um artigo sobre falsificações de produtos para uso científico feitos na China, outro sobre uma epidemia de plágios de artigos científicos na Internet e, finalmente, um interessante artigo sobre a crescente dificuldade de se estabelecer dados demográficos com relativa precisão, devido à grande mobilidade populacional.

Era como se, num quadro de mudanças estruturais, de verdadeira mutação civilizacional, uma *ciberguerra* sem quartéis, espécie de guerra civil, desta vez virtual, estivesse acontecendo.







um *chip*, reunindo as mais diversas informações sobre o seu possuidor, para permanente controle e vigilância, de uso obrigatório, sem que a pessoa tenha qualquer direito de o recusar.

A mesma exigência, entre tantos outros países no início do século XXI, era feita pela Suécia, onde todo o sistema de identificação e controle era centralizado no *Skatteverket*, que é o departamento fiscal do Estado. Todos controlados pelo dinheiro.

A recusa no uso desses cartões coloca imediatamente a pessoa numa situação de ilegalidade e, portanto sujeito à prisão!

Em 1952, o governo britânico tentou tornar definitiva a obrigatoriedade das carteiras de identidade criadas como instrumento contra espionagem na Segunda Guerra Mundial. Houve uma forte reação popular e as carteiras de identidade foram destruídas em grandes fogueiras em todo o país. Um dos juizes que apresentou

as mais contundentes justificativas contra o seu uso argumentou que as carteiras de identidade tornavam automaticamente cidadãos em suspeitos e os mais distraídos em criminosos.

Apenas cinquenta anos mais tarde, sem contar com grande resistência, governos de todo o mundo – incluindo o britânico ou o americano – algumas vezes sob o disfarce de se tratar de emissão de outros documentos como a carteira de motorista, estabeleceu a definitiva obrigatoriedade das carteiras de identidade, tornando todas as pessoas em suspeitos e potenciais criminosos.

Na primeira década do século XXI, era impressionante verificar a ausência de reação de muitas pessoas diante da implantação coerciva de sistemas de permanente controle e vigilância, tais como a carteira de identidade. Para a maior parte das pessoas, trava-se de algo normal, sinal dos tempos e um benefício contra criminosos e terroristas. Elas não tinham consciência do terrível risco que colocavam a si mesmas e a todos: de que







todo o mundo.

Thierry Meysan, autor do perturbador livro *11 septembre 2001, L'effroyable imposture*, publicado no início de 2002, escrevia: «No Reino Unido, a lei antiterrorista autoriza a detenção de suspeitos estrangeiros sem que haja nenhuma instrução, em violação à Convenção Européia dos Direitos Humanos. No Canadá, a lei antiterrorista obriga os jornalistas a entregar as suas fontes de informação, sob requisição de um magistrado, sob pena de encarceramento imediato. Na Alemanha, aos serviços de Inteligência foram atribuídos poderes de polícia judicial, para se transformarem em polícia política. Em Itália, os serviços secretos estão autorizados a cometer todo o tipo de delito no território nacional, se for no interesse da Defesa Nacional, sem necessidade de prestar contas com a Justiça...».

Naquele mesmo ano, a administração americana procurou dar início à chamada Operação *TIPS—Terrorism Information and Prevention System*,











possam criar uma disputa» - obrigando a uma auto-censura.

No dia dezoito de junho de 2009, a maior parte dos maiores jornais da Grã-Bretanha apresentava as suas primeiras páginas com grandes faixas pretas em protesto contra as pressões governamentais, classificadas como verdadeiros atos de censura, contra a liberdade de informação.

No dia trinta e um de julho de 2009, o jornal brasileiro O Estado de São Paulo – um dos mais importantes jornais em todo o mundo – foi submetido a censura por ter denunciado milhares de atos de corrupção possivelmente realizados pelo senador e antigo presidente da República José Sarney. Nada aconteceu com o antigo político, que contava com o apoio irrestrito do presidente Lula da Silva, e o jornal continuou sob censura!

A realidade da Sociedade *Low Power* no início do século XXI, submersa num narcotizante processo de consumo contínuo, emergia em forte







de Nova York: «Historicamente, um dos fatos mais espantosos sobre essa guerra, e que elucida a completa separação entre os métodos da guerra e da democracia, era o efetivo secretismo de Washington».

O secretismo de Estado, tomando todos os indivíduos como seus potenciais inimigos, é reforçado pelas estratégias de terrorismo fiscal e de inadimplência por parte das administrações públicas.

Muitas vezes, em muitos países, senão na sua maioria, aumentaram dramaticamente os casos de inadimplência do Estado face ao cidadão. Praticamente todos os Estados passaram a determinar, nos casos de julgamentos contra si, a obrigatoriedade de recurso até às últimas instâncias, condenando *a priori* os cidadãos mais pobres e, principalmente, os da classe média – objeto mais frequente dessas ações – pela falta de capacidade de resistir durante longos períodos de tempo. Em muitas ocasiões, em diversos países,







Mesmo na Suíça, quando evidências de crime surgem, o sigilo bancário é automaticamente suspenso através de autorização judicial.

Com o fim do sigilo bancário sem autorização judicial, seguindo apenas critérios burocráticos e políticos, em diversos países, delações entre cidadãos – tal como era comum na Idade Média – foram sendo gradualmente incentivadas como meio de amplificação do controle pelos Estados.

Nos primeiros anos do século XXI, a Suíça passou a sofrer todo o tipo de ataques, muitos com o único objetivo de descredibilizar aquela que ainda era, seguramente, a única democracia do mundo, numa campanha feroz visando terminar com o seu sistema bancário e estabelecer o padrão da burocracia aristocrática internacional.

Mas, esse crescente conflito de Estados contra Nações também apresentava as suas flagrantes contradições. Se, de fato, o Estado policial





Para ele, gradualmente, o mundo mergulhou numa era do que chamou de *supercapitalismo* a partir dos anos 1970, com uma dramática degeneração dos antigos valores da democracia.

Três elementos essenciais designavam a compreensão clássica dos sistemas econômicos do século XIX: a soberania espontânea do consumidor, a soberania suprema do eleitor, e a submissão das empresas às leis do mercado.

Com a sociedade *low cost*, o consumidor individual simplesmente deixa de ter importância. O que passa a valer são os grandes números, os dados estatísticos. Por outro lado, a oferta passou a possuir uma tal diversidade que o consumidor se adaptou rapidamente aos movimentos das modas, transitando de setor a setor, entre diferentes fornecedores. A soberania do consumidor morreu com o fim do direito à reclamação, ao protesto, que simplesmente deixa de fazer qualquer sentido.

Mesmo aquilo a que Galbraith chamou de



do século XXI, a Europa, os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá e o Japão entre outros países não forneciam a autorização necessária até mesmo para uma visita turística quando se tratava de pessoas pobres. O direito de migração livre foi virtualmente eliminado, e com ele também um dos pilares dos direitos civis: o direito de ir e vir.

Em 1999, o governo holandês adotou um decreto lei, que se chamou *Lei sobre os Sem Documentos*, ou *Wet Ongedocumenteerden*, que tornava possível a imediata detenção e deportação de qualquer aspirante a asilo político que não possuísse um passaporte. Uma pessoa que está em fuga do seu país raramente tem acesso à documentação fornecida por aquele país – o que equivale, em termos objetivos, a uma eliminação até mesmo ao direito de asilo político.

Na prática, leis e infundáveis trâmites burocráticos vetavam, na maior parte dos países no início do século XXI, o direito à migração a centenas de milhões de pessoas, contrariando





Albert Otto Max, Otto Feige e Anton Räderscheidt entre muitos outros. Terá sido escritor, ator, fotógrafo, agente literário, explorador e agricultor entre outras profissões. Especulações sugeriram que ele terá sido, na verdade, Jack London, um milionário americano, um antigo escravo negro, um leproso, o presidente do México Adolfo López Mateos, a sua irmã, o presidente do México Elias Calles, diretor de uma editora de livros Alemã e Arthur Breisky entre outros.

Num dos seus textos, Marut dizia: «agora eu sei que a minha pátria está classificada em dossiês, eu a vi sob as espécies de funcionários hábeis em apagar em mim os últimos traços de patriotismo. Onde, então, está a minha pátria? A minha pátria é sempre onde estou, onde ninguém me perturba, onde ninguém me pergunta quem sou eu, de onde venho ou o que eu faço».

Um dos seus livros mais famosos, *O Tesouro de Sierra Madre*, foi filmado por John Houston em 1948.

B. Traven ou Ret Marut não poderiam acontecer no princípio do século XXI, onde tudo passou a ser rigidamente controlado por uma micro burocracia tentacular.

Num dos seus manifestos, datado de 1919, Ret Marut escrevia: «Não posso pertencer a qualquer partido político, porque eu vejo nisso uma limitação à minha liberdade pessoal, porque me conformar a um programa de partido me impede a possibilidade de evoluir para aquilo que considero o mais elevado e nobre objetivo na Terra: ter o direito a ser um ser humano!».

A Sociedade *Low Power* praticamente elimina, na realidade, os partidos políticos, transformando-os em acéfalos departamentos burocráticos de revezamento. Por outro lado, estabelece um elemento comum a todos, como um imenso partido único: o consumo contínuo.

O capitalismo gera grandes médias – e isso





Em termos políticos, a nova sociedade do prazer no consumo, do não protesto, da não reclamação, desenhada pelo domínio das grandes empresas sobre os Estados, e principalmente sobre a classe política, salvo raras exceções, pouco passou a importar quem era eleito.

Os chamados representantes do povo passaram a ser espécies de interfaces entre flutuações do mercado e zonas de grandes interesses econômicos, praticamente nada significando ao cidadão comum, estranhos à realidade das pessoas.

Tudo passou a ser designado por massas de dados estatísticos com baixo impacto nas vidas pessoais.

Assim, o desenho das políticas nacionais passou a ser ditado por tendências de mercado com o objetivo de manter o desemprego e a inflação em níveis aceitáveis.



mas praticamente sem qualquer papel político – o que estabeleceu um padrão de identidade com as gigantescas massas de consumidores dos outros países e que passou a ser ilustrado pelo turismo de massas.

Calculava-se que, em 2020, cerca de 20% da população mundial seria de turistas em alguma época do ano!

Apenas nos Estados Unidos haverão cerca de setecentos e cinquenta milhões de passageiros em cerca de sete milhões e quinhentos mil vôos anuais.

Em 2005, na França, mais de duzentos e cinquenta parques de diversões atraíam cerca de setenta milhões de pessoas por ano, o equivalente a um país maior que a própria França! Naquele mesmo ano, apenas a *Euro Disney* passou a contar com mais de doze milhões de visitantes por ano, equivalente a um país como a Grécia!



consumo energético e simultânea *miniaturização* da sua distribuição, muitas vezes referimos apenas as empresas *low cost* que conheceram grande sucesso a partir dos anos 2000, tais como a *Skype*, a *Ikea*, a *Zara*, o *Google*, a *Ryanair*, a *easyJet* ou a *Wal-Mart* esquecendo algumas das pioneiras – tais como a *Microsoft*, a *Apple Macintosh* e a *IBM* que foram responsáveis pela emergência do *computador pessoal*; a cadeia de restaurantes de comida *low cost McDonald's*, responsável pelo *fast-food*; a *Coca Cola*, com o seu *fast-drink*; ou a *BIC* com as suas populares canetas *low cost* que tiveram um sucesso planetário a partir dos anos 1960.

Da mesma forma que o surgimento do automóvel redesenhou a família, tornando possível a sua expansão geográfica, as relações humanas não ficaram imunes ao aparecimento de novas tecnologias da informação.

Os novos meios de telecomunicação interativa *low cost* em *tempo real*, como o





Em 1991, Linus Torvalds, então estudante na Universidade de Helsínquia, na Finlândia, começou a trabalhar numa plataforma digital que seria grátis para todos. A sua plataforma, chamada *Linux*, desenvolvida num processo colaborativo, tornou-se mundialmente famosa e acusada de ser contra os antigos princípios do capitalismo. Linus Torvalds respondeu dizendo que «nós não estamos baseados em sistemas fechados, nem em capital financeiro, nem em subsídios públicos, nem mesmo em sistemas de distribuição e nas vantagens de outras empresas privadas. Não é algo sobre socialismo, ao contrário é sobre mercado livre».

Não somente em termos de programas, o uso de novos equipamentos de interação em *tempo real* passou a constituir um universo revolucionário permanentemente presente.

Como diz Roy Ascott, «o que tanto a arte como as tecnologias de cibercultura são capazes de

mostrar é que há uma radical mudança em nosso relacionamento perceptivo com a realidade, onde a ênfase mudou da aparência para a aparição; isto é, da aparência visual e exterior das coisas para o interior e para os processos de atualização. Nessa cultura, nem o preciso estado da arte nem o seu *status* cultural podem ser alcançados ou definidos; tudo está num constante estado de transformação».

Segundo Rich Ling, sociólogo de Oslo, em 1997 apenas cerca de 3% das crianças norueguesas com menos de treze anos de idade eram possuidoras de telefone celular. Em novembro de 1999 esse percentual já era de 50%, e superava os 80% em 2001.

Em 2007, quase 90% dos adolescentes americanos declararam usar regularmente a Internet.

Os relatórios da *International Telecommunication Union* mostram que em 2004,

mais de 50% das crianças italianas entre os nove e os dez anos de idade já eram possuidoras de telefones celulares.

Naquele mesmo ano, outra pesquisa, também realizada pela *International Telecommunication Union*, desta vez na Grã Bretanha, mostrou que a perda do telefone celular era sentida por cerca de metade dos jovens como algo equivalente à morte de uma pessoa próxima a eles, conduzindo a um sentimento de luto. Para além disso, o relatório mostrava que «muitos têm medo de sair de casa sem o telefone celular, sentindo-se desconfortáveis quando outros examinam os seus menus ou mensagens». Esse mesmo relatório indicava, ainda, que a maior parte dos adolescentes tinha o hábito de trazer consigo o telefone celular, junto ao corpo, durante todo o tempo, onde quer que estivessem e, muitas vezes, mantinham os aparelhos cuidadosamente guardados sob os travesseiros nas camas ou imediatamente ao lado, quando dormiam.







Na Grã Bretanha, em 2005, haviam cerca de dois milhões de famílias monoparentais, com mais de três milhões de crianças, representando cerca de 25% das jovens famílias inglesas.

E em 2003, na Suécia, um estudo demonstrou que as pessoas que tinham crescido no seio de uma família monoparental tinham três vezes mais tendências ao suicídio que as pessoas nascidas e criadas em famílias que contavam com a presença do pai e da mãe.

Nos Estados Unidos, em 2007, aproximadamente 26% das pessoas com menos de vinte e um anos de idade cresceram em famílias monoparentais. Cerca de 84% dos responsáveis por essas famílias eram mulheres.

Esse fenômeno indica uma possível transição para uma sociedade de caráter cada vez mais acentuadamente matriarcal – as mulheres passaram a estar mais tempo junto aos filhos e passaram a ser, conseqüentemente, mais responsáveis pela educação.





Entre 1983 e 2003, em apenas vinte anos, o volume do mercado da pornografia terá aumentado, em termos mundiais, mais de sete vezes.

Segundo um estudo do *Instituto Forrester*, em 2004 metade dos americanos consultava sites pornográficos na Internet, com uma média de permanência de uma a dez horas por semana.

Na Europa, ainda em 2007, o *PhoneErotica* – serviço telefônico com gravações pornográficas – registrou mais de setenta e cinco milhões de chamadas por semana.

No ano de 2004 foram distribuídos mais de onze mil filmes pornográficos em todo o mundo, contra apenas cerca de três mil e quinhentas longas metragens convencionais.

Na Tailândia, em 2002, o jornal *The Nation* revelou que cerca de 71% dos jovens entre os doze e os vinte e cinco anos visitavam frequentemente sites pornográficos na Internet.



baixo preço num contexto de consumo contínuo – integra aquilo que na antiga sociedade da classe média eram consideradas as minorias sociais, tantas vezes repudiadas e reprimidas. Agora, são todos consumidores.

Rex Wockner, activista homossexual em São Francisco, dizia, numa reportagem realizada pela revista *Wired* numa edição de 1998, que «nos velhos tempos, o ativista A tinha de chamar o repórter B de um jornal C e esperar que o editor estivesse interessado. Aquela estratégia tomava habitualmente duas semanas para obter algum resultado e alcançava apenas os leitores dos jornais dedicados aos homossexuais. A rede mudou tudo isso. Agora, bastam dez minutos para alcançar milhões».

Mas, como se estivéssemos assistindo a um processo de dissipação, típico dos fluídos e da viscosidade, grupos de fundamentalistas religiosos e guetos de todas as espécies parecem ter se tornado mais e mais intensificados.



Nos primeiros anos do século XXI, um dos problemas que chamou a atenção dos responsáveis pelo sistema educacional na Holanda, país tradicionalmente multicultural, foi o aparecimento de um grande número de escolas exclusivas para grupos fechados, com uma filosofia francamente excludente – tal como estabelecimentos de ensino exclusivos para brancos, europeus ou muçulmanos, por exemplo.

Um fenômeno que não é exclusivo da Holanda. Em países tão diferentes como o México, Brasil, Argentina, França, Estados Unidos ou Portugal – num processo que é cada mais vez intensificado – existe uma clara divisão entre escolas para ricos e escolas para pobres.